

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO TRECHO LESTE DA BAÍA DE**
2 **GUANABARA, realizada no dia doze de maio de dois mil e vinte um às 14 horas por**
3 **videoconferência - gravação disponível, com o seguinte ponto de pauta: 1- Formação**
4 **continuada em instrumento estruturante da Gestão de Águas / Observatório das Águas.**

5 O Coordenador Jorge Muniz (Cedae-RJ), iniciou a reunião as 14:31h, informando que o
6 Subcomitê Leste a princípio não terá um representante do setor de usuários na Câmara Técnica
7 de Saneamento do CBH-BG, pois a CEDAE-RJ indicou vários representantes, sendo permitido
8 somente um por instituição. Em seguida passou a palavra para a Maria Teresa Gouveia
9 (CRBio-02) e Elane de Carvalho (IFF) para realizarem uma apresentação sobre o único ponto
10 de pauta. **1- Formação continuada em instrumento estruturante da Gestão de Águas /**
11 **Observatório das Águas:** Maria Teresa Gouveia iniciou a apresentação informando que
12 houve uma oficina para aderir ao protocolo de governança e monitoramento das Águas - OGA.
13 Também comunicou que em uma reunião da Diretoria Colegiada do CBH-BG foi identificada a
14 necessidade de haver diálogo sobre aspectos que estão presentes no documento da proposta
15 do protocolo, sendo interessante dialogar sobre estes aspectos com os Subcomitês. Informou
16 que será levado para a plenária do CBH-BG para discussão e aprovação da adesão ao
17 protocolo OGA. Em seguida informou que a Elane se prontificou a trabalhar junto aos
18 Subcomitês o tema do pagamento de serviço ambiental - PSA. Logo depois, chamou a atenção
19 para a análise do relatório 06 que possui indicativos para se unirem a um momento de estudo.
20 Sugeriu a leitura reflexiva sobre o relatório 06, destacando a questão do olhar crítico para a
21 gestão da educação ambiental pública. Finalizou sua apresentação colocando-se à disposição
22 do CBH-BG e passou a palavra para a Elane de Carvalho, que argumentou sobre conceitos
23 que fundamentam o tema de pagamentos por serviços ambientais - PSA. Abordou os três
24 princípios do direito ambiental, explicando sobre os pagamentos por serviços ambientais e
25 abordando sobre o Projeto de Lei nº 792/2007, que dispõe sobre a adoção do programa de
26 crédito ambiental de incentivo aos agricultores familiares e produtores rurais - Crédito Verde, e
27 dá outras providências. Saliu o que são os serviços ambientais, tais como: regulação de
28 gases, conservação da biodiversidade e proteção de solos, trazendo a importância da
29 manutenção do ciclo hidrológico e climático. Ao definir o que é PSA, explicou que a premissa
30 básica é que a humanidade utiliza esses serviços e que os pagamentos feitos por ela viabilizam
31 o processo de recuperação ambiental das bacias hidrográficas, beneficiando assim, toda a
32 sociedade. Citou a lei federal nº 9.443/2007 (Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH)
33 que reconhece que a água tem um valor econômico, e que essa cobrança almeja a
34 racionalização do uso. Explicou que a unidade de conservação atua como um provedor de um
35 bem público que garante a afluência hídrica com sua ação de conservação do solo florestal.
36 Concluiu sua apresentação citando alguns exemplos no Brasil de PSA associados aos recursos
37 hídricos e as referências bibliográficas. O coordenador Jorge Muniz exemplificou sobre o PSA
38 no Leste e ações que visam o reflorestamento, em seguida questionou sobre a função do
39 Comitê de Bacia Hidrográfica dentro do observatório das águas. Em resposta, Maria Teresa
40 Gouveia explicou que ao aderir ao observatório das águas, não se trata de outro CBH-BG,
41 explicou que esse grupo de trabalho será composto por representantes e apontará como está

42 a avaliação via aplicação dos indicadores. Informou que o observatório se trata de um
43 instrumento de controle social sendo trabalhado por diversas instâncias que não somente os
44 recursos hídricos. Prontamente, Elane explicou que a governança, com o apoio do
45 observatório, conseguirá obter a transparência ampliada. Logo depois o Halphy Rodrigues
46 (Águas de Niterói) parabenizou a apresentação e trouxe algumas colocações sobre a
47 importância do debate desse tema e que existe a necessidade de se avançar em relação à
48 exigência da outorga de captação de água. Também salientou sobre a fiscalização em relação
49 às empresas em área costeira (offshore), para ser cobrado ao que se tem instalado na Baía de
50 Guanabara. Informou que precisam ser discutidos temas que passam despercebidos em
51 relação a arbitramento justo de preço e valores pela utilização da água continental e costeira.
52 Salientou também a importância da parceria com todos os municípios. Logo após o
53 Coordenador Jorge Muniz, propôs que possa ser discutido o PSA para outras coisas, sugeriu
54 trazer um pescador, ou um agricultor para passar as informações do seu local de trabalho. Não
55 tendo nada mais para discutir, após agradecimentos, a reunião foi encerrada pelo coordenador
56 Jorge Muniz às 16:00h.

57

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021

Jorge Luiz Marinho Muniz
Coordenador Subcomitê Leste

Participantes:

Adauri Souza – Instituto Baía de Guanabara (IBG)
Carlos Frederico Silva - AGEVAP
Gabriel Macedo – AGEVAP
Halphy Cunha Rodrigues – Águas de Niterói
Elane Maria Farias – Instituto Federal Fluminense (IFF)
Jacqueline Guerreiro Aguiar – OMA Brasil
Jorge Luiz Marinho Muniz – CEDAE
Luciana Rosário - AGEVAP
Matheus Campos - AGEVAP
Maria Teresa Gouveia – CRBio 02